

A inquisição no Ceará – Especiarias da memória

Posted on **January 01, 1970** by **Jaqueline Aragão Cordeiro**

A extensa documentação proveniente dos cartórios da Inquisição (1536-1821), cerca de 8 milhões de peças, é um quebra-cabeça que pode revelar não só o que foi esse aparelho da Igreja Católica e da coroa portuguesa. É caminho para se chegar também a outras tramas do cotidiano da metrópole e suas colônias.

Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, pesquisadora aposentada da Torre do Tombo, que durante 15 anos sistematizou os arquivos da Inquisição em Lisboa, sugere que os documentos revelam além dos enredos que estão nos processos dos amaldiçoados pelo Santo Ofício. A partir das fontes inquisitoriais há rotas de investigações que apontam para conflitos sociais, dificuldades econômicas, censura, movimento marítimo, arquitetura urbana, toponímia, integração de estrangeiros na sociedade portuguesa, evolução das mentalidades e outras especiarias da memória colonial.

Por duas décadas e meia, Maria Dias Farinha, principal referência de catalogação dos arquivos da Torre do Tombo, dedicou parte de sua vida à identificação e inventário de "uma enorme massa documental de cerca de 1.200 grossos maços" de papéis com idade de quase cinco séculos e em estado delicado de conservação.

Na sede da Torre do Tombo, a pesquisadora portuguesa teve de decifrar montanhas de papéis misturadas e escritas com as mais diversas tipologias e linguagens dos séculos XVI, XVII, XVIII e XVIII. Um amontoado de documentos históricos criados a partir de 1536, com o início da Inquisição portuguesa.

Estavam à sua disposição, por exemplo, os processos dos tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora. Documentação do Conselho Geral, como correspondência para os vários tribunais e para comissários no Brasil, habilitações para ministros e oficiais do Santo Ofício.

Com o fim da perseguição católica lusitana aos hereges, em 1821, e as idas e vindas da burocracia de cada governo, a Torre do Tombo incorporou em 1825 e 1836, respectivamente, os arquivos do Conselho Geral do Santo Ofício e os da Inquisição de Lisboa, além dos registros de Coimbra e de Évora.

Além do precioso arquivo da Torre do Tombo, ainda existem registros esparsos sobre a Inquisição na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na Biblioteca Nacional de Portugal ficaram, por ordem do Ministério do Reino em 16 de Setembro de 1824, livros impressos e vários códices factícios, que posteriormente foram desmembrados e catalogados como documentos.

Acompanhe matéria publicada no [Jornal O Povo](#) em 23 de maio de 2010.

Jaqueline Aragão Cordeiro

Posted in: *A Inquisição No Ceará* | | With 0 comments
